

## A ORALIDADE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA: CAMINHOS E INTERSEÇÕES

EDGAR NOGUEIRA LIMA

Mestrando em Educação na UECE- PPGE, Especialista em Psicomotricidade Relacional pelo Centro Internacional de Análises Relacionais – CIAR/FAP – Faculdade de Artes do Paraná. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Laboratório de Estudos e Práticas em Avaliação Psicológica (LEAPSI) desde janeiro/2017. Professor efetivo da Rede Municipal de Ensino em Fortaleza-CE.

LIA MACHADO FIUZA FIALHO

Professora Doutora do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2012), Pós-doutorada em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE) e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas. Editora chefe da coleção Práticas Educativas (EdUECE). Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades – PEMO. Editora chefe da revista Educação & Formação do PPGE/UECE. Coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/PEDAGOGIA/UECE).  
E-mail: <lia\_fialho@yahoo.com.br>.

LUCILA MORAES CARDOSO

Possui graduação em Psicologia (2003), Mestrado (2006) e Doutorado (2012) em Psicologia (área de concentração Avaliação Psicológica) pela Universidade São Francisco. Atualmente é Professora Adjunta do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ANTONIELE SILVANA DE MELO SOUZA

Mestranda pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Integrante do grupo de pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades.  
E-mail: <antonielesouza@hotmail.com>.

“A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar  
como ouro falso;  
a palavra foi feita pra dizer.”  
(Graciliano Ramos, 1962).

## Introdução

A construção deste capítulo é fruto de uma experiência vivenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação com área de concentração em Formação de Professores da Universidade Estadual do Ceará. Na disciplina História Oral e Biografias do referido Programa, foi possível conhecer a perspectiva de diversos autores, tais como Meihy (2007), Ferreira e Amado (1998) e Santos e Araújo (2007) que apreendem a História Oral como metodologia de pesquisa, Matos e Senna (2011) e Portelli (2011), que percebem a História Oral como fonte de pesquisa, Esquinsani (2012) e Meyhi (2007) que entendem a narrativa biográfica como um movimento significativo de reinterpretação de si mesmo e Silveira (2007), que fala da importância do perfil do pesquisador historiador.

Partindo destes autores, conhecendo as perspectivas que trazem em torno da oralidade, da metodologia de história oral, dos conceitos de história e as representações que este conceito passa a ter na história da educação, surgiu a curiosidade no que diz respeito à oralidade e a postura do pesquisador que trabalha com este método de pesquisa. Ferreira e Amado (1998, p.15), ao dizer que “abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo de comunicação [...]”, já

deixa claro a seriedade com que se deve tratar o fenômeno da oralidade.

De igual modo, a Psicologia valoriza a relação entre narrador e interlocutor, e os efeitos desta relação. Neste campo teórico, muito se trabalha com o recurso da Palavra, sendo que diversas abordagens psicoterápicas se detêm ao potencial que este exercício de falar da própria história possui para o alcance dos objetivos da psicoterapia, conforme será visto adiante ao abordar a importância da fala para algumas abordagens psicoterápicas.

Este capítulo ambiciona conhecer a relação da História da Educação e Psicologia em suas intersecções, buscando a confluência dessas áreas, com vistas à contribuição para o campo da pesquisa às duas áreas do conhecimento. Para alcançar este objetivo, a Figura 1 ilustra o movimento de encontrar as intersecções que a oralidade ocasiona nos dois campos do conhecimento, evidenciando também que essas áreas possuem posicionamentos teóricos e perspectivas mais amplas do que se pretende abordar neste capítulo e que o foco, por ora, é compreender a interseção entre essas duas áreas trabalhada à luz da Oralidade.

**Figura 1 – Interseções da Oralidade na História da Educação e Psicologia**



Será apresentada a perspectiva da oralidade em blocos por áreas de conhecimento. E, ao final, uma breve discussão traz também a reflexão sobre a postura do pesquisador-interlocutor frente ao narrador.

## **História da Educação**

No contexto educacional, a fala traz ainda o sentido de representação do ser humano, pois, por meio dos signos e seus significados, o indivíduo utiliza a linguagem como forma de representar o mundo em que vive e o seu próprio pensamento. Desta forma, a oralidade assume o valor como instrumento de comunicação e como forma de ação ou interação (KOCH, 2003). Para Austin (1965), a fala é um ato performativo e para Geraldi,

[...] a linguagem é uma forma de interação: mais do que possibilitar a transmissão de informação de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana: através dela o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando. (1984, p. 43).

Entende-se, dessa maneira, que na área da Educação, a oralidade adquire um sentido expansivo do ser humano. Ela tem objetivos claros de comunicar e socializar. Traz como fundamental a função de relacionar o homem com seus pares na sociedade em que está inserido. Geraldi (1984) traz a percepção de uma oralidade como transmissão de informação, e entende que desta forma o sujeito está construindo uma interação, digamos até, entre gerações. Quando se compreende a fala como esta transmissão entre sujeitos, é possível entender o movimento de comunicação que se faz na história da educação, em um diálogo que permite a compreensão entre o sujeito que

fala e o que escuta, e até mesmo do sujeito que narra consigo mesmo.

Ao lançar vistas à oralidade através da percepção da história da educação iniciamos por perceber que “A oralidade promove excepcional relevância à memória na pesquisa histórica, [...]” (RODRIGUES, 2013, p. 23), pois é através dela que o indivíduo vai repassar para outros a sua própria percepção de mundo. Enquanto o sujeito apreende o mundo através da linguagem que sua sociedade já estruturou, ele mesmo irá, através da linguagem oral, transmitir a sua percepção dos acontecimentos da sociedade em que vive a partir de sua memória destes acontecimentos. Logo, aqui está sendo constituída história. Matos e Senna (2011) entendem que “A memória é a base constituidora da oralidade.” (p. 103). O que torna perceptível que, no ramo da história da educação, a oralidade, recebe um sentido particular.

Por meio da narrativa, da História Oral, é possível obter novas informações acerca de situações e acontecimentos que, com apenas a análise documental, não seria possível. No momento em que se registra uma narrativa, registra-se o contexto histórico do sujeito narrador a partir das suas seleções e percepções.

A história interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas. (FERREIRA, AMADO, 1998, p.16).

Diante disto, a História Oral enquanto metodologia, consegue apreender esta oralidade com a importância que lhe é devida.

Partindo da compreensão de que a linguagem é um código comunicativo e com isto carrega a possibilidade de trans-

mitir informações de um sujeito que comunica a um sujeito receptor, as informações transmitidas, sendo memórias, transmitem também um sujeito que fala de si e, por este motivo, registra-se em um recorte de tempo e espaço social.

É possível entender que “[...] as fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas.” (MATOS e SENNA, 2011, p. 101). A oralidade carrega a possibilidade de registro histórico, e permite ao sujeito se perceber também inscrito nesta história que narra, com sua subjetividade e intencionalidade.

Para tanto, o registro da fala impregna essa significação histórica. Ao utilizar o recurso da linguagem, o sujeito carrega, em sua fala, os sentidos de uma cultura que apreendeu no decorrer do seu processo de socialização e que aborda normas próprias do período histórico em que está inserido. De igual modo, traz sua singularidade na comunicação, sua intencionalidade e vontade. A oralidade no campo da pesquisa em História da Educação enxerga o homem e seus significados através do que exprime em sua fala.

A História Oral é uma metodologia que apreende bem essa responsabilidade de registrar o sujeito em sua oralidade e articular o conteúdo oral com o contexto no qual está inserido. Nesta metodologia faz-se imprescindível ao pesquisador a compreensão de que o registro da narrativa e a coleta da fala do sujeito são partes dentro de um todo que precisa ser interpretado e discutido à luz de uma contextualização histórica. De acordo com Meihy (2007):

História Oral é uma prática de apreensão de narrativas feitas através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do pre-

sente, e facilitar o conhecimento do meio imediato. (p. 18).

Emerge aqui um diferencial entre a utilização da História Oral enquanto procedimento metodológico e a utilização de relatos orais apenas como fonte de pesquisa, “[...] a história oral implica uma centralidade de linguagem e som [...]” (PORTELLI, 2011, p. 25), enquanto as demais percepções históricas tendem a reconhecer a oralidade apenas como uma fonte de dados a mais no processo de análise e construção da pesquisa. Neste último caso, juntamente com a oralidade, serão considerados documentos de demais fontes para a constituição da pesquisa.

A metodologia da História Oral é utilizada de modo a construir ao final da pesquisa, um panorama acerca dos sujeitos da pesquisa no imbricamento com o contexto social, histórico, cultural, econômico e político. Esta metodologia “[...] se mostra [como] um meio de manter a experiência passada em estado de ‘presentificação’ ” (MEIHY, 2007, p. 26). É o trabalho do pesquisador com História Oral trazer ao relato oral novas perspectivas, como afirmam Matos e Senna (2011), “a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia.” (p. 96), mas para isto, é importante que o pesquisador em história oral tenha a habilidade em utilizar esta oralidade de maneira correta.

Há um procedimento metodológico a ser respeitado no tocante à metodologia de história oral. Tal rigor existe pelo fato de reconhecer que há muitos detalhes no momento da narrativa oral que não poderiam ser captados por instrumentos tecnológicos sem o olhar sensível e atento do pesquisador. A apreensão destes detalhes diz respeito à comunicação não verbal, que dá certo sentido à comunicação oralizada,

Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais – que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações-, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de história oral. (MEIHY, 2007, p. 14).

A expressão facial, a entonação da voz, a respiração, o posicionamento do corpo. Além disso, também é importante que o pesquisador seja capaz de perceber o momento que a pessoa está vivenciando em sua própria história ao fazer a narrativa, uma vez que

[...] nem sempre o ato de rememorar é uma ação saudável e positiva para o sujeito, pois pode trazer dores e sofrimentos. É escrever história sem sacramentar certezas, mas diminuindo o campo das dúvidas. (SILVEIRA, 2007, p. 41).

O trabalho de coleta da oralidade do sujeito pode ser marcado por momentos desagradáveis, dolorosos e que podem até encerrar o caminho de pesquisa. Portanto, é fundamental que o pesquisador valorize a profundidade do sujeito presente no discurso, pois “a oralidade quando vertida para o escrito, congela a realidade narrada, mudando a dinâmica original.” (MEIHY, 2007, p. 26).

A oralidade, neste momento de coleta, tem a possibilidade de trazer para o próprio sujeito narrador sensações e percepções que não lhe eram conhecidas conscientemente. Trabalha-se, neste sentido, com uma carga emocional e cultural que precisa ser tocada com respeito e ética. Como Meihy (2007) afirmou, “a complexidade da tradição oral reside no reconhecimento do outro nos detalhes auto-explicativos da sua cultura.” (p. 40). Ao tratar desta postura reflexiva das trajetórias huma-

nas, identifica-se uma interessante relação entre a percepção da História Oral e da Psicologia acerca da oralidade,

[...] a história oral reconhece a confluência multidisciplinar e valoriza a contribuição da Psicologia, em particular a psicanálise, basicamente pela necessidade de considerar a experiência de outras dimensões da realidade, como o inconsciente. (MATOS e SENNA, 2011, p. 100).

Diante disto, toma-se por referencial a escolha da História Oral enquanto procedimento metodológico, por assemelhar-se na perspectiva de percepção do sujeito que fala de si, ou do outro, ou de um fato ou acontecimento e se registra. Aponta-se aqui, para o sujeito e sua subjetividade. E para falar em subjetividade humana, nada melhor que dialogar com a Psicologia.

## **Oralidade na perspectiva da Psicologia**

Adentrando o campo da Psicologia, observa-se, como primeira interseção, este olhar de respeito e valorização do outro que se mostra por meio da oralidade. Em diferentes abordagens da Psicologia, o recurso da fala exerce um papel fundamental, central no processo psicoterápico.

A existência de diferentes abordagens psicológicas por si só evidenciam que o homem não pode ser classificado em uma teoria única, ou ser dividido em instâncias psíquicas que determinariam sua trajetória de vida. O homem deve ser visto como alguém que fala sobre si e que busca compreender-se em um posicionamento ativo diante do mundo (SODELLI; SODELLI-TEODORO, 2011).

Não se pretende, neste capítulo, abarcar todos os campos teóricos que utilizem a fala como recurso fundamental na

ciência psicológica. Desta forma, foram escolhidas três linhas de estudo, a saber, Psicanálise, a Abordagem Centrada na Pessoa e Psicologia Histórico-Cultural. Destas, serão apresentados breves recortes que possibilitam visualizar o encontro entre a História da Educação e a Psicologia.

Desde os primórdios da Psicanálise, Sigmund Freud demonstrou elevado interesse sobre o que era verbalizado pelo paciente. A Psicanálise surgiu em reação a um movimento conhecido como niilismo terapêutico, que dominava a clínica psiquiátrica na Alemanha e restringia o tratamento a partir da observação do sujeito adoecido, sem escutá-lo (MACEDO; FALCÃO, 2005). De acordo com Gay (1989, p. 80), “ouvir, para Freud, tornou-se mais do que uma arte, tornou-se um método, uma via privilegiada para o conhecimento, à qual os pacientes lhe davam acesso”.

Fochesatto (2011) mencionou que o método de cura pela fala, proposto pela Psicanálise, está pautado na escuta daquele que sofre. Roudinesco (1998) apontou o método catártico freudiano como um procedimento psicoterapêutico em que o sujeito tem a possibilidade de eliminar os afetos patológicos por meio da fala. No mesmo sentido, Siqueira (2007) afirmou que Freud revolucionou a história da clínica psiquiátrica quando modificou a ordem médica ao ouvir pacientes histéricos, não apenas observando-os, mas oferecendo ao paciente a possibilidade de alcançar as ideias reprimidas geradoras de sintomas.

Na Abordagem Centrada na Pessoa, concebida por Carl Rogers, também há uma preocupação com o que o sujeito diz sobre si. Rogers (2001) expôs a respeito da importância da fala, afirmando que não há necessidade de sondar, interpretar, realizar análises extensas e intrincadas, pois a pessoa se revela no que diz de si mesmo. A percepção de Rogers acerca do pro-

cesso humano que se desvela por meio da narrativa, também encontra referência em Delory-Momberger (2011),

Nesse sentido, a biografia poderia ser definida como uma dimensão do agir humano que permite aos indivíduos, dentro das condições de suas inserções sóciohistóricas, integrar, estruturar, interpretar as situações e os acontecimentos vividos. Tal atividade de biografização apresenta-se como uma hermenêutica prática, um marco de estruturação e de significação da experiência que permite ao indivíduo criar uma história e uma forma própria – uma identidade ou individualidade – para si mesmo. (p. 5).

Delory-Momberger (2011), corroborando Rogers (2001), defende que o sujeito vai se revendo a partir da leitura que faz de si mesmo no momento em que transforma suas memórias em oralidade. Nesta narrativa, o conceito de memória também se delineaia.

A compreensão de personalidade será embasada, igualmente, nas concepções da teoria histórico-cultural, no qual a personalidade é definida como

um processo resultante de relações entre as condições objetivas e subjetivas do indivíduo, que, inserido numa sociedade (e essa é a condição fundamental), singulariza-se e diferencia-se ao ponto de ser único.” (MARTINS, 2001, p.176).

Por sua vez, a Psicologia Sócio-Histórica compreende que o desenvolvimento humano acontece por meio das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo no decorrer de sua vida. Baseada na teoria de Vigotski, esta abordagem psicológica compreende que o ser humano nasce socialmente dependente de outras pessoas e, permeado de um processo histórico vivencia a dualidade de um mundo que oferece visões sobre ele, ao mesmo tempo em que permite que o sujeito construa sua visão sobre esse mundo (BOCK, 2001).

Nesta concepção denominada materialista dialética da perspectiva Histórico-Cultural, a linguagem é fundamental, visto que distingue a conduta animal da atividade consciente do homem. Conforme aponta Bock, “a linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade.” (2001, p. 31).

A linguagem trata-se de uma atividade consciente que não é determinada biologicamente, mas relacionada à capacidade de abstração da impressão de mundo que o indivíduo constrói. Do ponto de vista de Bernardes (2011, p.328),

[...] o movimento da linguagem nos seres humanos integra-se numa dimensão interfuncional à constituição das demais funções psíquicas superiores, ampliando os nexos entre as mesmas. Esse fato não exclui a importância da constituição fisiológica das funções mentais, mas identifica que, a partir das relações estabelecidas na atividade humana, o ser humano constitui-se primordialmente no aspecto psicológico e posteriormente no aspecto fisiológico.

Em estudos realizados pela mesma autora, são apresentadas ideias que legitimam o entendimento da linguagem como essencial na constituição do ser humano. Isto se deve ao fato de que os significados sociais são apropriados através da linguagem e, por meio dela, o indivíduo abstrai sua própria história (BERNARDES, 2011).

Outro aspecto em que é possível encontrar uma interseção relevante diz respeito à postura do pesquisador junto ao sujeito que narra. A História da Educação entende os indivíduos como vinculados pela linguagem e reconhece o narrador enquanto sujeito que se reinventa, mas se descreve para outro indivíduo. A Psicologia entende a fala como uma ação interventora na relação que se estabelece entre cliente e terapeuta.

Em ambos os casos, a postura de pesquisador ou terapeuta, dará um uso correto à oralidade ou poderá desperdiçar a sua rica função.

Alguns autores da História Oral trazem, de maneira clara, esta relação que o interlocutor deve manter frente ao narrador e reconhece o encontro das subjetividades.

O uso da história oral traz à baila, portanto, duas subjetividades – a do pesquisador e a do narrador –, bem como dois pontos de vista sobre a mesma história ou fato narrado: um circunstanciado pela teoria, outro permeado pela vivência empírica – com todos os seus tons, encaideamentos e sentimentos –, já embaralhada pelas interpretações particulares do fato. (ESQUINSANI, 2012. p. 221).

Adentra-se em um conceito acerca da relação entre o narrador e o pesquisador. Na Psicanálise, por exemplo, é fundamental esta compreensão da relação entre o sujeito que fala e o sujeito que escuta. Pois na relação de transferência também se carrega a intencionalidade e o filtro do que estará sendo dito. Não há como dizer que existe neutralidade na narrativa, de igual modo, não há neutralidade e pureza na interpretação que o pesquisador fará da narrativa que colheu. Esta relação é construída e interfere na construção da pesquisa.

[...] mesmo que as estórias tenham sido contadas antes, elas nunca foram contadas para aquele ouvinte e questionador especial que é o entrevistador da história oral. A entrevista, implicitamente, realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos da experiência do relator a respeito dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente. (PORTELLI, 2011. p. 12).

Um mesmo sujeito poderia narrar sua própria história de diferentes maneiras para pesquisadores diferentes, ou pelo período em que se narrou, ou pela relação que este sujeito constituiu com o pesquisador.

O pesquisador precisa estar atento para esta dimensão da oralidade, pois, mesmo que o silêncio não fale, o silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é [...] ele passa pelas palavras. (SANTOS e ARAÚJO, 2007, p. 9).

A partir do investimento nesta relação é possível desenvolver a sensibilidade de perceber os significados dos silêncios que o outro traz.

O êxito de uma entrevista depende de todo o processo vivenciado pelo pesquisador/entrevistador, e no diálogo que estabelece como narrador/entrevistado. “[...] Para isso, é necessário ao pesquisador/entrevistador certa compreensão das relações e posturas humanas.” (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 197). Rogers (2001) acreditava que as pessoas desejam criar relações nas quais são aceitas, e que elas têm o potencial para o crescimento e melhoria pessoal, que se manifesta no momento em que elas podem verbalizar seus próprios conflitos e fantasmas. Também Delory-Momberger (2008) compreende que, por meio da narrativa (auto)biográfica, é possível que o indivíduo se reinvente e reflita sobre sua própria história.

A narrativa biográfica, ou ainda a produção autobiográfica, possibilita que se faça uma leitura de si pelas lentes da própria história, lida sob a ótica do momento presente em que se narra, e com isto, lance-se em direção a um futuro que se espera, como afirma Joutard (2000) “[...] a memória se declina no presente e é o impulso de ação para o futuro.” (p. 30).

Silveira (2007) reforçou ainda a seriedade com que o interlocutor deve se apresentar frente ao que narra sua própria memória,

[...] precisamos ser mais cautelosos ao lidar com as fontes orais, buscando entender o que tais memórias representam para o entrevistado e como elas estão sendo (re)construídas e externalizadas no momento da entrevista. (SILVEIRA, 2007. p. 42).

Ao falar de si mesmas, as pessoas desenvolvem a habilidade de evoluírem frente ao autoconceito que trazem de si. Delory-Momberger utiliza as narrativas (auto)biográficas e entende os efeitos destas narrativas na construção do sujeito sobre si mesmo. A autora acredita que

Pela narrativa transformamos os acontecimentos, as ações e as pessoas de nossa vida em episódios, intrigas e personagens; pela narrativa organizamos os acontecimentos no tempo, construímos relações entre eles, damos um lugar e um significado às situações e experiências que vivemos. (DELORY-MOMBERGER, 2011. p. 5).

Através da experiência de narrar a própria história, o indivíduo cria novos contextos à luz de seu estado atual. Desta forma, vê a própria história sobre o filtro do presente e dá novos significados à sua narrativa. Surge a possibilidade de reconstruir os sentimentos relacionados aqueles acontecimentos outrora vividos e agora narrados.

Historicamente, é sabido que os fatores sociais nos quais os sujeitos estão inseridos ditam diretrizes acerca do que será narrado. Pelo desejo que o sujeito tenha da imagem que deseja criar de si, ou pelo medo desta mesma imagem que pode ser criada de si. Aqui, compreende-se a linguagem como uma construção da imagem do sujeito frente ao social. E esta mesma linguagem altera o sujeito no movimento dialético.

Nesse sentido, a biografia poderia ser definida como uma dimensão do agir humano que permite aos indivíduos, dentro das condições de suas inserções sóciohistóricas, integrar, estruturar, interpretar as situações e os acontecimentos vividos. Tal atividade de biografização apresenta-se como uma hermenêutica prática, um marco de estruturação e de significação da experiência que permite ao indivíduo criar uma história e uma forma própria – uma identidade ou individualidade – para si mesmo. (DELORY-MOMBERGER, 2011. p. 5).

A linguagem, nas concepções de Bakhtin (1990) e de Vigotski (1989), torna-se o lugar da interação, da negociação de sentidos, da representação de papéis, da constituição de identidades. Ambos sustentam que a linguagem, historicamente determinada, produz sentidos a partir da interlocução, no interior da qual os interlocutores se constituem e são constituídos.

É possível concluir, portanto, que a oralidade é fonte de conexão entre os sujeitos e, por consequência, conecta áreas do conhecimento. Por meio do recurso da oralidade, vemos este entrelaçar de conceituações e campos de conhecimento, interseções que podem ser identificadas entre a História da Educação e a Psicologia.

Embora a área de conhecimento traga objetivos diferenciados no tocante ao uso da oralidade, é possível compreender que o ser humano imprime suas necessidades e exige respeito em sua subjetividade, o que é possível notar nos autores elencados neste capítulo. A escolha de passear por ambos os campos do conhecimento buscando suas ressonâncias e interseções, permitiu ampliar o olhar para a interdisciplinaridade presente na construção de campos conceituais – História Oral, Narrativas (auto)biográficas, narrativa biográfica. Ao perceber

esta possibilidade de dialogar entre áreas do conhecimento não por suas distinções, mas por suas similaridades, é possível apreender um objeto de pesquisa por diversos matizes, respeitando seus sujeitos sem retirar-lhe as pluralidades que lhe fazem indivíduo.

## Referências

AUSTIN, J. L. *Howto do things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BERNARDES, M. E. M. Atividade educativa, pensamento e linguagem: contribuições da psicologia histórico-cultural. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 15, n. 2, p. 323-332, Dez. 2011.

BOCK, A.M.B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: \_\_\_\_\_, GONÇALVES, M.GM. e FURTADO, O. *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

DELORY-MOMBERGER, C. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Tradução de Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Luiz Passeggi. Natal, RN: EDU-FRN; São Paulo: Paulus, 2008.

\_\_\_\_\_. Fundamentos epistemológicos da pesquisa biográfica em educação. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v. 27, n.1, Abr. 2011.

ESQUINSANI, R. S. S. *Entre percursos, fontes e sujeitos: pesquisa em educação e o uso da história oral*. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 217-228, 2012.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FOCHESATTO, W. P. F. A cura pela fala. *Estud. psicanal.* Belo Horizonte, n. 36, p. 165-171, Dez. 2011.

- GAY, P. *Freud, uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, J. W. (Org.). *O texto na sala de aula*. Cascavel: Assoeste, 1984.
- JOUTARD, P. desafios à História Oral do século XXI. In ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. (Orgs). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MACEDO, M. M. K.; FALCAO, C. N. B. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. *Psychê*, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 65-76, Jun. 2005.
- MARTINS, L. M. *Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores*. Tese de doutorado. Unesp-Marília, São Paulo, 2001.
- MATOS, J. S.; SENNA, A. K. *História oral como fonte: problemas e métodos*. Rio Grand: Historiae, 2011.
- MEIHY, J. C. S. B. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTELLI, A. *História Oral como gênero*. Proj. História: São Paulo, 2011.
- RAMOS, G. *Linhas tortas*. São Paulo: Record, 1962.
- RODRIGUES, R. M. A propósito de História Oral. In: RODRIGUES, R. M. *A História, autores e atores: compreensão do mundo, educação e cidadania*. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 23-54.
- ROGERS, C. *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROUDINESCO, E. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

SANTOS, S. M.; ARAÚJO, O. R. História Oral: vozes, narrativas e textos. *Cadernos de História da Educação*, n. 6, jan./dez. 2007.

SILVEIRA, E.S. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *Métis: história & cultura*, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul/dez. 2007.

SIQUEIRA, E. O sentido da escuta. In: SIQUEIRA, A. J. (Org). *Palavra, silêncio e escuta – Textos psicanalíticos*. Recife: UFPE, 2007, p.73-81.

SODELLI, M.; SODELLI-TEODORO, A. Visitando os “Seminários de Zollikon”: novos fundamentos para a psicoterapia fenomenológica. *Psic. Rev.* São Paulo, v.20, n.2, 2011, p. 245-272.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.